



Copyright © Edilson Martins, 2025

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem
os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Filipe Delage

PROJETO GRÁFICO E CAPA Jenyfer Bonfim

IMAGENS Fotos do acervo pessoal do autor.
Fotos do acervo dos Waimiri/Atroari

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M342n

Martins, Edilson, 1939-

Nossos índios nossos mortos / Edilson Martins. - [7. ed.] - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2025.
288 p. ; 15,x23 cm.

ISBN 978-65-5252-166-8

1. Indígenas da América do Sul - Brasil - Condições sociais. 2. Indígenas da América do Sul - Brasil - Relações com o governo. 3. Indígenas da América do Sul - Brasil - Propriedade territorial. I. Título.

25-98578.0

CDD: 980.41

CDU: 94(=87)(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

04/06/2025 09/06/2025

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236 / 2215-3781 / 99380-1465
www.letrecapital.com.br

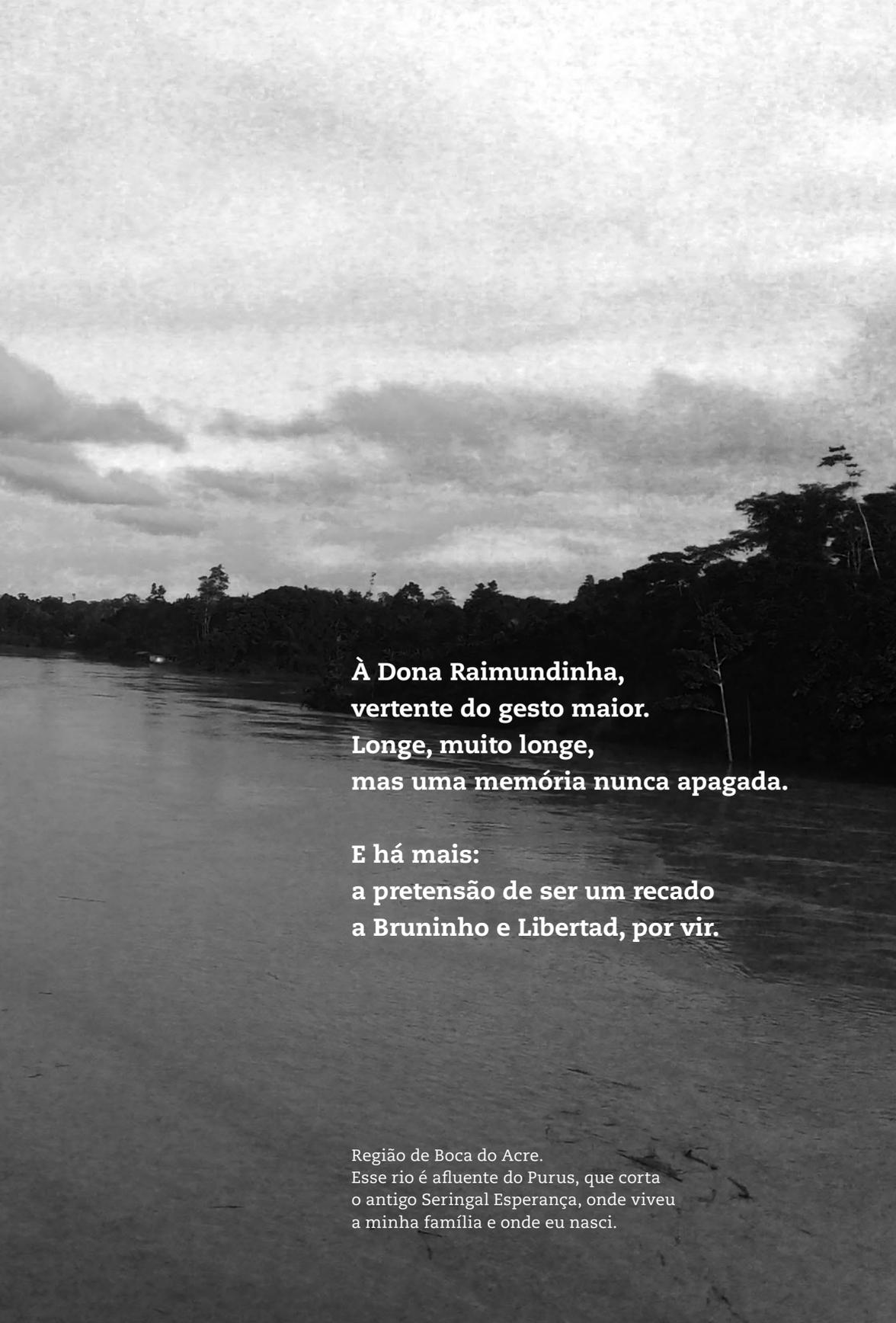
EDILSON MARTINS

**NOSSOS ÍNDIOS
NOSSOS MORTOS**

7ª EDIÇÃO

LETRAPITAL





**À Dona Raimundinha,
vertente do gesto maior.
Longe, muito longe,
mas uma memória nunca apagada.**

**E há mais:
a pretensão de ser um recado
a Bruninho e Libertad, por vir.**

Região de Boca do Acre.
Esse rio é afluente do Purus, que corta
o antigo Seringal Esperança, onde viveu
a minha família e onde eu nasci.

No Sul, as uniões interétnicas garantem às populações não índias direitos que lhes são engados. Reservas, por exemplo.



Sumário

Sobre a sétima edição – especial 50 anos	9
O parque decapitado.....	11
<i>Antônio Callado</i>	
O direito à resistência.....	13
<i>Apoena Meirelles</i>	
Uma tentativa de explicação	15
Capítulo 1. A plenitude.....	27
Quarup – Ritual da morte feliz	29
A morte do Índio Feio	35
O último lugar bom, embora nem tanto quanto se imagina	41
Na eliminação do mito, a orfandade de uma região	55
Capítulo 2. As violências discretas	67
Missões religiosas.....	69
Alfabetizar para substituir cultura.....	77
Mudança de índios reabre polêmica sobre habitat.....	81
Krenakarore e os Caiabi	84
Capítulo 3. Invasão e conflito	87
A tensão permanente	89
Fazendas ameaçam fauna e flora do Xingu	95
Invasores ameaçam 5 mil índios.....	99
O limite da sobrevivência.....	104
Capítulo 4. Atração ou a caça do sapo para a serpente civilizatória	109
A caça aos Avá-canoeiro.....	111
A união dos oprimidos	115
Quando a liberdade é negada	120

Capítulo 5. Os amigos do lado de cá	123
No adeus dos Villas Boas, a orfandade de uma cultura	125
Não esqueçam de Rondon	131
Herança recebida	136
Capítulo 6. Quando integrar é sinônimo de maldição.....	141
O espírito guerreiro domado pela aculturação.....	143
O índio diante da vida e do amor.....	148
Integração leva índios à extinção.....	149
Peruíbe abriga últimos Guarani	152
Desilusão de um kalapalo no mundo dos caraíbas	155
Capítulo 7. Mais uma resistência fracassada	159
Índios X Oprimidos	161
A invasão se aprofunda	167
Armar para resistir	173
Amar é preciso, viver não é preciso	177
Capítulo 8. O ponto de vista dos vencidos	179
Um brasileiro chamado Juruna.....	181
Ritual da Morte de um Cacique Bororo	196
Os irmãos dos índios.....	208
A voz dos vencidos	235
Capítulo 9. Capítulos finais de um extermínio.....	249
Índios do Sul	251
Os Waimiri-Atroari e a colonização	256
O medo do mundo.....	270
Uma tragédia brasileira que a história oficial não conta	274
Voo de uma seringueira	286

Sobre a sétima edição – especial 50 anos

Este livro tornou-se um testemunho valioso, não pelo autor, por óbvio, mas pelo resgate histórico hoje avaliado.

Desde o seu lançamento, nos idos dos anos 70, pelo Grupo O PASQUIM, explode em vendas e reverte a imagem até então dominante de que os povos originários “eram exóticos, tinham várias mulheres, não serviam como mão de obra, e podiam até comer carne humana”.

Já em 1951, levados pelo general Rondon, amigo de verdade dessas nações, um grupo formado pelos irmãos Villas Boas – Orlando e Cláudio – Noel Nutels, Gama Malcher e Darcy Ribeiro pede a Getúlio Vargas, presidente do Brasil, que crie um parque nacional dos Índios.

Dez anos depois, em 1961, Jânio Quadros cria finalmente o Parque Nacional do Xingu, o primeiro tijolo de reparação contra o extermínio e a subjugação continuados, desde a Colonização, no século XVI, aos povos originários do Brasil.

Nossos Índios Nossos Mortos, em sua 7ª edição, após de ter alcançado a marca de mais de 350 mil exemplares, e quase 50 anos não editado, finalmente é relançado pela editora Letra Capital.

Sua importância recai na tribuna, na voz, na oportunidade de fala que pela primeira vez acontece na narrativa de suas tragédias, contada por eles mesmos. Quem o fazia antes eram os antropólogos, etnólogos, estudiosos, sertanistas ou mesmo jornalistas.

Os autores do livro são as populações originárias, de todo o país, de norte a Sul, de Leste a Oeste, mal dominando a língua da sociedade abrangente, ignorando inteiramente o chamado mundo civilizado, exceto sua crueldade, perplexos, iniciando uma longa caminhada de aprendizagem.

Os cientistas, pesquisadores, sertanistas estão presentes, mas apenas complementam, quando podem, o discurso sofrido e épico desses povos. O livro conta, pela voz deles, a perplexidade dessas nações originárias, o desencanto e a certeza de condenados a desaparecer.

Nada foi adocicado, paternalizado, revisado, copidescado. Inclusive a própria linguagem da época que os classificava como primitivos.

Os depoimentos são redundantes, mal formulados, e explicitam os sinais da subjugação final, iminente. E, no entanto, decorridos 50 anos ganharam cidadania, têm um ministério, dirigem a Funai, parques nacionais, estão na Academia, não precisam mais de “civilizados” para requerer seus direitos.

O que não quer dizer que a exclusão cessou, a invasão de suas terras acabou, que finalmente são legitimados pelo estado e pela sociedade brasileira.

Nestes últimos 50 anos o mundo mudou mais, garante a ciência, que nos últimos 12 mil anos de civilização.

É possível.

Os povos originários, apesar de não poucos inimigos, apesar do extermínio histórico, apesar de governos estúpidos, sobreviveram.

Único texto, um depoimento do autor, fora do eixo, agora produzido, é uma homenagem tardia e enviesada a Chico Mendes com quem privei de sua amizade.

Um encontro com Marina Silva, sua herdeira ideológica, nos idos de 2002, no dia que o então candidato Lula da Silva, a convida, caso ele fosse eleito, para ministra do meio Ambiente.

Tal convite ocorre no meio da selva amazônica, via celular precário, onde Marina buscava a reeleição como senadora pelo estado do Acre.

A luta em favor do meio ambiente, em defesa da Amazônia, em favor dos povos originários foram bandeiras permanentes de Chico Mendes.

Marina a continuou.

O parque decapitado

ANTÔNIO CALLADO

NÃO SEI DE NENHUM OUTRO jornalista mais dedicado hoje em dia ao índio brasileiro do que Edilson Martins, e de nenhum livro atual que acompanhe mais de perto do que este os últimos passos da cruz do aborígine brasileiro – dos Pataxó, que receberam Cabral em Porto Seguro, aos Guarani, que os jesuítas organizaram em república ordeira e que hoje pedem esmola, em São Paulo, “na mesma língua em que a pediu Camões”, para usar uma comparação de Guerra Junqueiro. O livro de Edilson Martins está repleto de símbolos dessa destruição sistemática e feroz, como o índio Tacumã, dos Kamaiurá, que conheci campeão de *huka-huka*, e que o repórter foi encontrar trêmulo de sezaõ e de senilidade precoce, à beira da sua lagoa Ipavu. Há pouco tempo, Edilson Martins esteve também entre os Waimiri-Atroari, massacrados desde o século passado, e que, em 1968, possuídos ainda de uma justa cólera, exterminaram a expedição imprudente do padre Calleri. Regressando de uma entrada pacificadora entre os Waimiri-Atroari, Edilson Martins disse ao general Ismarth de Araújo, o então presidente da Funai: “Eles é que vieram nos pacificar, general. Nós é que precisamos de pacificação. Principalmente as chamadas frentes pioneiras.”

Por adiantada que seja a hora crepuscular do extermínio dos índios, o livro de Edilson Martins, que aqui está, cria ainda algumas esperanças. Onde há índios, há florestas. Entre suas muitas e tão funestas tolices, o presidente Jânio Quadros, num momento sóbrio, criou, em 1961, o Parque Indígena do Xingu.

Como uma assombração, o Parque sem cabeça está a exigir uma expiação que nos redima como povo.

Texto retirado da 1ª edição, abril de 1978.



O direito à resistência

APOENA MEIRELLES – Sertanista

O AUTOR É UM JORNALISTA comprometido com a causa indígena e, principalmente, com a verdade.

É pelo direito das futuras gerações conviverem harmoniosamente com os índios, com a natureza, que lutamos no presente momento. É nessa luta inglória, por muitos considerada romântica, que Edilson Martins, por meio de reportagens e de muitas incursões pelo interior do país, vem se constituindo numa voz que se une a tantas outras no protesto contra o crime que se comete hoje contra o homem de amanhã. Assim, numa época de ceticismo, de repulsa pelos nossos problemas sociais e culturais, marcada pelo imediatismo e pela busca incessante por lucros, nossas esperanças são renovadas ao lermos seus artigos e sua luta em prol de uma sociedade mais justa, que respeite o direito imemorial de uma minoria – os índios – de viverem da forma que bem entenderem, de acordo com seus padrões culturais.

Os índios foram, muitas vezes, considerados cruéis guerreiros, e suas atitudes, não raro, causam pânico e revolta. O seu conhecimento mais profundo, entretanto, revela o heroísmo de um povo que, com arcos e flechas, se opõe tenazmente às máquinas que invadem seu território.

A história dos Waimiri-Atroari é apenas uma, dentre tantas outras de povos indígenas que, a exemplo do que faz agora Edilson Martins, certamente ainda haverão de ser narradas.

Inúmeros já sucumbiram, e, com eles, imensas riquezas culturais. Com isso, perdemos todos nós. Perde a humanidade inteira. E quantas vezes fica em branco o outro lado da questão: o que nós, os povos ditos civilizados, fizemos e continuamos a fazer contra os povos ditos primitivos.

Mas não acreditamos ser essa uma luta perdida. Ao contrário, cada relato da saga dos grupos indígenas despertará novas consciências, e a cada despertar surgirão novas vozes e novas esperanças.

Ainda há tempo, é uma questão de coragem, é preciso fazer como Edilson Martins e enxergar a luz em meio à escuridão.



Uma tentativa de explicação

200 FORAM MORTOS, 23 índios restavam feridos. As cargas de chumbo que haviam recebido não foram suficientes para matá-los, o que, certamente, constituiria um alívio, mas eram tão pesadas e dolorosas que a fuga se tornava impossível. Sangrando e mutilados, restava-lhes apenas a camuflagem das folhas. E, em cada galho, protegidos pelas copas, massacrados, os 23 índios contavam apenas com o tempo. E este se arrastava e a tropa não ia embora, farejando em cada canto da floresta, caçando os sobreviventes, perseguindo os que ainda aqui e ali resistiam.

Luta desigual. Arco, flecha e borduna contra a pólvora, o estampido, o chumbo, o arrepio no corpo todo. Depois o tombo mortal, a dor mortal, a despedida definitiva.

E a noite chegou. A tropa da Polícia Militar de Manaus, que viera à localidade de Moura, no norte do Estado, se recolheu. Tratava-se de uma expedição oficial punitiva, já que antes os índios Crichanás (Waimiri-Atroari) haviam atacado esse pequeno povoado, segundo notícias chegadas a Manaus.

No dia seguinte, a fim de que a população não continuasse insegura, a tropa volta, comandada novamente pelo Tenente Antônio de Oliveira Horta, que, na véspera, enfrentara mais de 200 índios Crichanás e, diga-se, exterminara-os quase todos. Nesse confronto, apenas um praça ficara ferido, o soldado de nome Quintiliano José Pereira, enquanto do lado dos índios havia apenas 23 feridos, escondidos na copa das árvores. O resto era cadáveres.

E os gritos de dor dos feridos não podiam permanecer mudos. E explode a alegria entre os caçadores. E tem início uma cena peculiar. Caçadores deslumbrados diante de um bando de “macacos”.

– Aquele lá é meu. Não vale meter o focinho não, que aquele tá na mira.

Pum, pum, e começaram a cair os feridos, um a um, como quem derruba guariba numa caçada de sorte.

– Que é isso, cabra? Você derrubou o meu? – Foi sem querer, ô xente. Mira naquele do galho esquerdo...

Pum, pum, e os corpos caíam, feito jenipapo.

Vinte e dois corpos caíram, mas um permaneceu, agarrado nos galhos, e nem a carga pesada dos soldados conseguiu trazê-lo ao chão. O comandante do destacamento, Tenente Antônio de Oliveira Horta, foi auxiliado nessa incursão pelos senhores Manoel Gonçalves, vulgo Bicudinho, Hermógenes Rodrigues Pestana e Hermenegildo Rodrigues Pestana, provavelmente irmãos. Pelo menos é o que consta no relatório final do tenente, que não poupou elogios e agradecimentos.

Esta cena, e elas têm sido tantas, meu Deus, nestes quase cinco séculos de confronto entre essas culturas e o mundo dito civilizado, aconteceu no ano ameno de 1874, exatamente em 30 de outubro, um dia após, portanto, ao grande massacre.

Mas isso foi no passado, pode-se dizer.

Entretanto, bem mais recentemente, no período que vai de 1936 a 1954, as chamadas “correrias” ficaram famosas na memória dos povoadores do alto rio Envira, no então Território do Acre, região, por sinal, onde nasci e cresci, ouvindo histórias de atrocidades que não causavam constrangimento, nem para quem ouvia nem para quem contava. E quem contava, muitas vezes, era a chamada testemunha ocular dos acontecimentos.

“Correrias” eram expedições punitivas, criadas e sustentadas pelos donos de seringais, utilizando seus próprios empregados, e que visavam eliminar índios e aldeias existentes nas áreas a serem ocupadas pela expansão dos latifúndios, seringais.

Recentemente, o padre Egídio Schwabe, do CIMI – Conselho Indigenista Missionário – me revelou um depoimento de uma índia Kaxinawá, no vale do rio Envira, lembrando esses episódios:

– Ele – citando o nome do assassino, que eu preciso omitir – jogava as criancinhas índias para o ar e as aparava com a ponta do terçado (facão).

Não revelo o nome desse homem por ser um miserável a mais da região, criminoso sim, mas a serviço de seringalistas poderosos, impunes até hoje. Todos se recordam de Ramiro Costa, que cumpre pena de 11 anos nas prisões de Mato Grosso por haver participado da terrível “correria” contra os índios Cinta-Larga nesse Estado. Quanto aos senhores Sebastião Arruda e Antônio Junqueira, ricos, poderosos, permanecem livres, e o envolvimento deles foi fartamente noticiado.

“Correria” é uma expressão rica em força, e serve para demonstrar com cruel ironia o tipo de pânico vivido por uma aldeia inteira, surpreendida de madrugada, com o Sol ainda escondido, por tiros de espingarda e rifles Winchester, desfechados por grupos de 15 a 30 homens. Ninguém escapava, e o que restava eram corpos em convulsão, gritos de dor e muito sangue. Um sangue que sempre se derramou impunemente, de um povo inteiro, de vários povos, várias nações, eles, que somavam pelo menos uns 5 milhões à época da chegada dos portugueses, e que hoje estão reduzidos a cerca de 200 mil indivíduos.

E eu cresci ouvindo essas histórias, contadas à beira dos rios, nos “varadouros”, dentro das “colocações” (casas de seringueiros), sem nenhum sentimento de culpa por parte do narrador, ou a menor censura por parte do interlocutor.

Quem viaja pelo rio Envira logo identifica, conforme os depoimentos da população, a poderosa família Prado, dona do Seringal Califórnia e de outras propriedades, no centro desses acontecimentos.

Esses massacres constituem acontecimentos de rotina desde a Colonização. O registro deles resultaria num livro de 10 mil páginas. E não levaria a quase nada. Pode-se inclusive argumentar que esse procedimento partia de homens rudes: colonizadores, seringalistas, ou mesmo seringueiros e empregados, a serviço destes ou daqueles.

E a Igreja? Onde fica a Igreja?

Na bula *Romanus Pontifex*, de 8 de janeiro de 1454, o Papa Nicolau V fixa o comprometimento histórico desta instituição – generosa por natureza, defensora dos oprimidos, dos humilhados, dos perseguidos – com o colonialismo. Essa bula, um documento de suma importância, entende como necessária à expansão da fé os “esforços da expansão colonial baseados explicitamente na escravização de nativos e na expropriação de seus bens”. Vejamos alguns trechos:

Não sem grande alegria chegou ao nosso conhecimento que o nosso dileto filho, Infante D. Henrique, incendiado no ardor da fé e do zelo da salvação das almas, se esforça, como verdadeiro soldado de Cristo, por fazer conhecer e venerar em todo o orbe, até os mais remotos lugares, o nome gloriosíssimo de Deus, reduzindo à sua fé não só os sarracenos inimigos dela, como também quaisquer outros infiéis [...].

Por isso, nós, tudo pensando com devida ponderação, por outras cartas nossas, concedemos ao dito rei Afonso a plena e livre faculdade, entre outras, de invadir, conquistar, subjugar quaisquer

sarracenos ou pagãos, inimigos do Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo aplicar em utilidade própria e dos seus descendentes [...].

[...] tudo declaramos pertencer ao direito *in perpetuum* aos mesmos D. Afonso e seus sucessores, e ao infante D. Henrique [...]. Se alguém, indivíduo ou coletividade, infringir estas determinações, seja excomungado.

E logo depois da África vem a América, onde o colonialismo, incendiado no ardor da fé e no zelo da salvação das almas, passou a invadir, conquistar e subjugar todos os povos nativos, sem qualquer sentimento de culpa religioso ou moral, já que assim o determinava a Igreja. Então, essa mesma indiferença, quase curiosidade mórbida, que povoava as histórias de minha infância e adolescência na Amazônia, e que eram e ainda são a mais forte memória oral dessa região, é filha desses tempos.

O sertanista Cláudio Villas Boas, com uma convivência de 33 anos no meio dos índios, certa ocasião, nas margens do rio Xingu, quando o Sol começava a se esconder, me revelava que “na verdade, muitas vezes me sinto, nesse trabalho de atrair índios arredios, como um apanhador de sapos, que visa saciar a fome da serpente civilizatória”.

E os índios são tão generosos, minha gente. Certa ocasião, e isso quem nos conta é Horta Barbosa, o lendário e imbatível L. B. Horta Barbosa, uma índia Coroado teve um sonho. Construía-se a estrada de ferro que, partindo de São Paulo, alcançava a margem esquerda do rio Paraguai, no sertão de Mato Grosso, no início deste século. E essa estrada invadia o território desses índios, nessa ocasião numerosos, valentes, e que há séculos aí viviam.

E o extermínio não se fez esperar. Depois de anos de luta, com pesadas perdas do lado indígena, onde tudo era válido aplicar, uma velha, “muito acatada pelo seu alto valor profético”, confessou que tivera um demorado sonho.

Ela sonhou que os índios iam ao acampamento dos funcionários do extinto SPI (Serviço de Proteção aos Índios). E eram recebidos como amigos, entre festas e alegrias, e retiravam-se carregados de coisas preciosas: machados a cujos golpes qualquer árvore tombava sem custo; contas de todas as cores, mas sobretudo brancas, muito brancas que, em colares de infinitas voltas, realçavam a beleza das mulheres e davam às moças graças infinitas. Dias depois, exatamente a 19 de março de 1912, os índios visitavam o acampamento, sob grande alvoroço de confraternização.

A educação de uma criança é uma ação coletiva.
O exercício de liderança cacique, capitão – por outro lado
não determina nenhum privilégio, representando muito
mais um compromisso social, uma injunção clânica.



Sonho lindo, mas maldito. Hoje, não somam 400 pessoas, eles, que eram milhares nas primeiras décadas deste século.

A história do extinto SPI, e mesmo da FUNAI, não chega a constituir muito orgulho, salvo algumas exceções. Depondo numa CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) destinada a apurar irregularidades, um funcionário pronunciou uma frase curiosa: “O difícil não é apurar os criminosos do SPI, mas, sim, seus inocentes”. E isso ocorreu no dia 19 de junho de 1968.

O ex-diretor do Parque Nacional do Xingu, o sertanista Orlando Villas Bôas, ao se referir à gestão do primeiro presidente militar da Funai, depois do Movimento de 1964, declarou à revista *Visão*, de 10/2/1975: “Posso dizer, sem susto algum, que o General Bandeira de Mello implantou o processo mais eficaz e rápido de extinção do índio brasileiro.”

Viver numa cidade é competir.

Viver numa aldeia é sentir, perceber, trocar, ser.

A Amazônia, último reduto no mundo de culturas originárias, vive hoje um processo semelhante ao que ocorreu no início do século com relação ao Sul, com imigrantes italianos, alemães e de outras nacionalidades.

A busca por ocupar os chamados espaços vazios da Amazônia, o grande projeto de dimensão continental do governo brasileiro, não pode ser dissociada de suas implicações simbólicas e ideológicas. Incorporar terras, consolidar fronteiras, preservar riquezas, ocupar novos espaços, caracterizar hegemonias é a expressão objetiva da mística militar-nacionalista, ora um elemento relevante no estudo da política interna e externa brasileira.

O processo de ocupação da Amazônia – e o índio está no núcleo dele – está longe de se definir. Quatro séculos de colonização europeia foram suficientes para descaracterizar e praticamente exterminar seus habitantes originais, provocar mutações ecológicas, e pôr em risco um dos mais complexos ecossistemas conhecidos em todo o mundo. E tudo isso como dói. Não está longe o dia em que a Amazônia – e aliás, isso já foi até previsto, calculado com margem mínima de erro – será apenas um retrato na parede. A Amazônia, com sua natureza, seus índios, seu bioma, seus ecossistemas, seus fenômenos, sua exuberância. E dessa violência, diga-se *crime*, as gerações futuras vão pagar.

A consequência de todo esse processo – busca das “drogas do sertão”, perseguição de mão de obra escrava, ciclo da borracha e, finalmente, os atuais projetos agropecuários – é a ausência de diferenciação regional.

A Amazônia toda se parece, principalmente sua gente, antes um verdadeiro mosaico de culturas distintas.

São os mesmos costumes, as mesmas roupas, os mesmos hábitos, a mesma crença e, finalmente, a mesma dependência de um modelo alienígena, para o qual jamais puderam contribuir, uma vez que nada, ou quase nada, tem a ver com as populações ali existentes.

Como a Amazônia é ainda a maior concentração desses povos do nosso país – algumas, inclusive, inteiramente isoladas, sem nenhum contato com as chamadas “frentes pioneiras” de penetração –, ocorre nessa região, a partir dos últimos anos, um grande processo de transformação.

Assistimos à substituição da velha empresa seringalista, hoje decadente, pela nova empresa capitalista, calcada fundamentalmente na pecuária. Somente na primeira metade deste século, e isto os registros oficiais é que revelam, desapareceram 98 tribos brasileiras. Tudo isso como resultado da pressão da colonização. Esta é uma dívida terrível que temos para com esses povos.

E, quando dizemos desapareceram, é porque não restou ninguém, nem para contar a história.

Em 1975, quando realizei uma longa viagem pelo Sul do país, visitando praticamente todas as reservas do Paraná e Santa Catarina, depois de ter feito o mesmo no litoral e interior de São Paulo, encontrei uma criança Xetá.

Era a última de todo o seu povo. Não tinha mais pais, avós, irmãos, ninguém.

E lá estava ela: sem memória, sem parentes.

Em 1900, havia no Brasil 230 grupos indígenas.

Na década de 50, esse número não ia além de 140. Embora as populações estejam crescendo, não ultrapassam 150 mil pessoas. A Funai, às vezes, fala em 180 mil índios. Exagera. A nossa população indígena não consegue lotar nem a metade do Maracanã.

Segundo o professor Júlio Cezar Melatti, em seu livro *Índios do Brasil*, mais da metade dessa população está localizada na Amazônia, que abriga 94 grupos distintos, com número calculado entre 43 e 62 mil indivíduos.

Darcy Ribeiro costuma observar que a América foi subjugada menos pelas armas e mais pelas moléstias. As próprias missões católicas reagem de forma bastante peculiar a essas epidemias, que eliminavam grupos inteiros. A concentração de grandes aldeamentos junto a núcleos de colonização europeia facilitou profundamente

essa contaminação, decorrente do contato dessas culturas com as populações brancas.

O antropólogo Carlos Moreira, um dos cientistas sociais mais integrados no estudo dessa questão no Brasil, afirma que, “embora preocupados com a diminuição de seu rebanho, os missionários viam no fato uma vitória espiritual, pelas almas ganhas pelo batismo de catecúmenos *in extremis*”.

Descrevendo um surto de varíola que dizimou aldeias no litoral e interior de São Paulo, em 1565, registra Anchieta, o venerável:

[...] dos meninos inocentes se há enviado uma boa cópia deles à glória com estas enfermidades. Louvores ao Senhor que de todos tem tanto cuidado [...] [num] breve espaço morreram muitos e a maior parte foram meninos inocentes, de cada dia morriam três, quatro, às vezes mais, que, para povoação tão pequena, foi boa renda para Nosso Senhor.

Quando se trata de grupos isolados, rebeldes à catequese, as epidemias são consideradas o justo castigo dos céus a essas populações que insistem em viver pecando. Vejamos outra carta de Anchieta, datada de 1557, a respeito dos “rebelados” Tupinambás:

Não muito depois se seguiu uma peste de que morreu grande número de contrários, tiravam os mortos de casa e deitavam-nos às onças, as quais, de noite, vinham e os comiam. Desta maneira os castigou a destra do Senhor [...].

Esse procedimento é específico das missões católicas?

Vejamos o que diz o calvinista Villegagnon, em sua colônia, na Guanabara, no mesmo ano da carta de Anchieta, isto é, 1557.

Eu te agradeço ainda, ó Deus de suprema bondade, porque, conduzindo-me a este país de ignorantes de teu nome [...] tu lhes incutiste terror a ponto de, a simples menção de nosso nome, tremerem de medo. Tu os obrigaste a alimentar-nos com o seu trabalho e, para refrear a sua bestial impetuosidade, os afligiste com cruéis moléstias, preservando-nos delas, entretanto. Suprimiste os que nos eram mais perigosos e induziste os outros a tal estado de fraqueza que nada ousam empreender contra nós [...] (LÉRY. *Viagem à Terra do Brasil*. São Paulo, 1941:81).

Hoje seria uma omissão não falar de uma Igreja paralela, uma Igreja rural, que, enfrentando uma luta terrível, se coloca em favor do índio, do posseiro, dos oprimidos.

É a Igreja de João Bosco Burnier, sacrificado em defesa dessa gente, de D. Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia, dos Padres Egídio Schwabe, Antônio Iasi, de D. Alano Pena, bispo de Belém, de D. Moacir Grechi, Bispo do Acre, de Pe. Rodolfo Lunkenbein, assassinado em defesa dos Bororo.

Essa Igreja rompe, realmente, o compromisso com a dominação, e se coloca na mira dos poderosos, das multinacionais, dos grupos econômicos. E tal desafio não se faz impunemente.

Este é um reparo da maior importância quando se menciona todo o comprometimento histórico da Igreja com a empresa colonialista, e mais recentemente com o Estado burguês.

O material ora editado, parte dele saiu publicado em jornais e revistas, a partir dos anos 70.

Jornal do Brasil (principalmente), *Pasquim*, *Opinião* e *IstoÉ*. O restante só agora se torna possível sua divulgação. Aí talvez resida a razão maior deste livro.

Muita coisa foi eliminada, mas eram episódios do dia a dia, chuvas de verão.

Cometeria injustiça se não revelasse que este trabalho faz parte de um movimento muito mais amplo, mais profundo, e nada romântico, envolvendo companheiros de outros jornais e revistas. Movimento que tem início a partir da década de 70, e foi tão empolgante, e inteligente, que chegou a envolver a linha editorial de veículos tradicionalmente afastados de qualquer posição em defesa de culturas originárias.

A maioria, senão todos, mudou de empresa, e os cito vinculando-os aos jornais e revistas para os quais trabalhavam nesse período, que se estende até a segunda metade dessa década. São eles: Etevaldo Dias (*O Globo*), Eliana Lucena (*Estado de São Paulo*), Luigi Mamprin (*Veja*), Mário Chimanoitch (*Estado de São Paulo*), José Carlos Brasil e Ariovaldo dos Santos (ambos do *Jornal do Brasil* e companheiros de muitas viagens) e Luís Salgado (*Agência Estado*).

Este livro, se assim o podemos chamar, determina duas sensações: a primeira, reaviva a memória destes anos de violência praticada contra os índios, no último *round* de todo esse processo que começa a partir de 1500; depois, um certo gosto de nostalgia, quase uma imagem pálida de sonhos vividos.

O Parque do Xingu, que imaginávamos intocável, hoje se tornou o *Parque Decapitado*, na expressão terrível, e nem por isso passível de negação, de Antônio Callado.

O Parque do Araguaia, na Ilha do Bananal, já não merece mais esse nome. Pode ser tudo, menos um parque. Talvez um parque de diversão para turistas excêntricos. Os índios Carajá que ali vivem, e não somam mais de 300, são uma memória pálida e triste do que foi essa nação.

O Parque do Aripuanã, no território de Rondônia, na verdade nunca chegou a se constituir num parque de verdade.

Os índios Suruí, com os quais participamos de algumas lutas contra os invasores do Sul, já se encontram desestruturados, vitimados pela bebida e doenças venéreas, principalmente as mulheres. A última lembrança que guardo desse povo é da índia Goiaba, um apelido posto por nós, nas margens da estrada Cuiabá-Porto Velho. Recolhida ao posto da Funai, calada, com gonorreia, aguardando socorro médico vindo de Porto Velho.

Os índios Avá-Canoeiro, que, juntamente com Apoena, chegamos a participar da expedição que buscava atraí-los no sertão de Goiás, encontram-se nas fazendas do Bradesco e de outros grupos econômicos, feitos mendigos, assustados, humilhados, perplexos diante de um mundo impossível de compreender, de assimilar, tal o nosso “avançado processo civilizatório”.

Agradeço ao Darcy Ribeiro, que forneceu uma “supervisão” decisiva na seleção do material deste livro, e que, procurando incentivar, me alertou: “No mínimo, trata-se de uma crônica dos últimos anos na destruição dessas culturas.”

De tudo, creio, fica um consolo. Nunca mais ouvirei histórias de massacre sem sentimento de culpa por parte do narrador, e nem tampouco com a curiosidade mórbida do interlocutor.

Vinte ou 30 anos depois conto-as sem esconder um evidente sentimento de raiva. E conto-as para ouvidos delicados, alheios a essas crueldades, conforme soem ser os ouvidos do Sul.

De tudo, creio, fica um consolo.

Os anos de um estado de exceção podem ser reabilitados. A alienação da juventude, a perda do direito de viver em liberdade, a descrença política, a descrença em nossas potencialidades, o sentimento de nacionalidade, tudo isso pode ser reconquistado. Pode ser uma reaprendizagem lenta, difícil, mas possível de reabilitação.

Agora, o que estão fazendo com a natureza, nossas florestas, nossos índios, infelizmente não se recompõe.

Há árvores na Amazônia que levam 100 ou mais anos para se formar. Idem para nossas riquezas do subsolo. Quanto aos índios, são culturas com 12, 13 mil anos que se formaram lentamente, ao longo dos séculos.

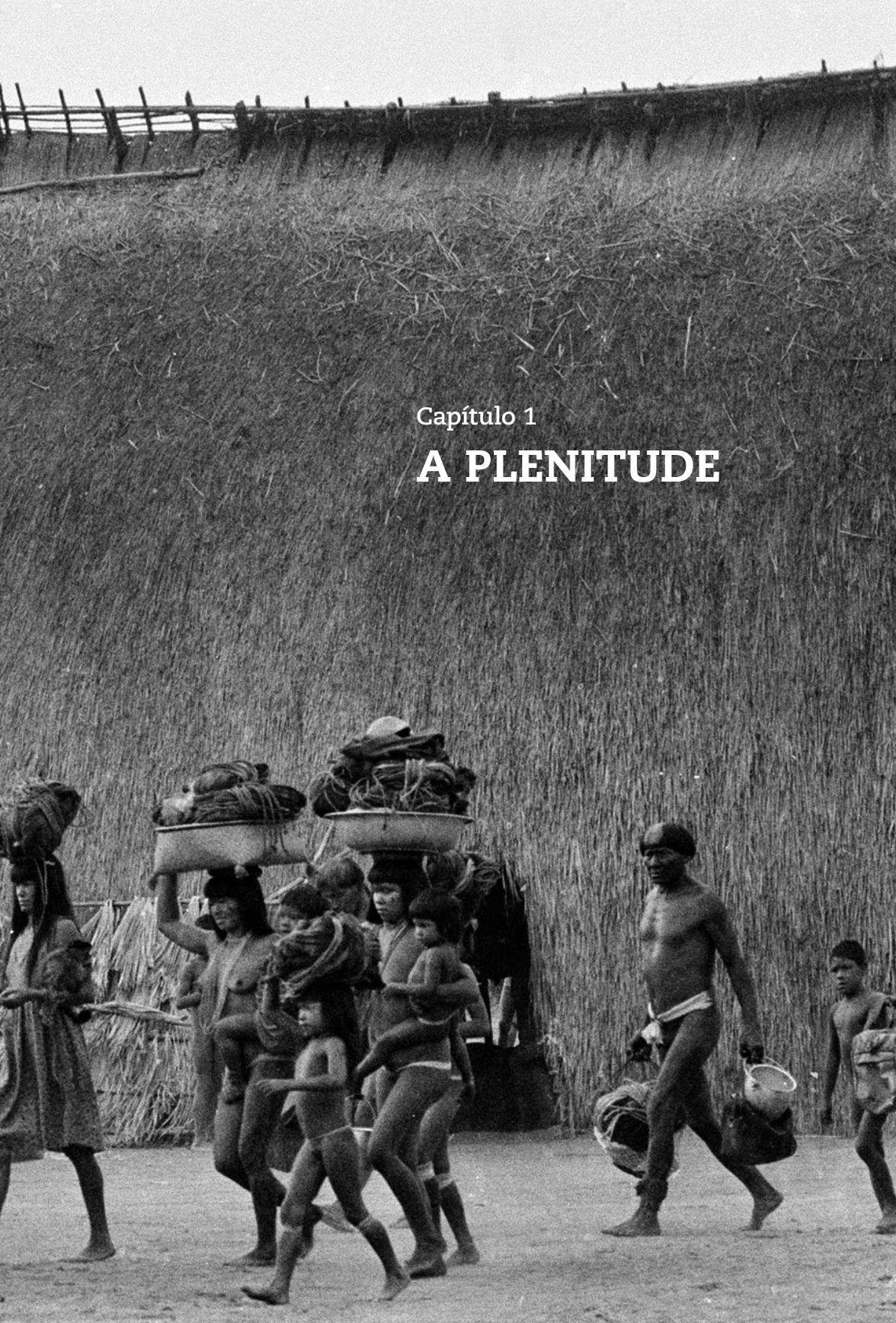
E essa gente, que é folha, rios, matas, florestas, canto de pássaros, não pode desaparecer assim, tão impune e melancolicamente.

O seu extermínio é a morte do conteúdo mais rico da nossa condição humana. A natureza e os índios estão morrendo.

Viva o “progresso” civilizatório.

O autor
março de 1978





Capítulo 1

A PLENITUDE



Quarup – Ritual da morte feliz¹

Parque Nacional do Xingu

Um grito ecoou na aldeia, seguido de cânticos, na clareira vazia, enquanto nas malocas as mulheres choravam, proibidas ainda de saírem para ver a última homenagem aos quatro mortos ilustres dos Kamaiurá.

Logo depois, gritos e choro misturaram-se a um cântico – a um só tempo triste e bonito – que invadiu a planície da lagoa Ipavu, repercutindo na monotonia dos campos xinguanos.

Iniciava-se, assim, o Quarup, a cerimônia sociorreligiosa de Matvotsinin, o grande herói das nove tribos do Xingu, autor da mãe do Sol e da Lua, gêmeos lendários, um deus que não exige adoração, não pune ninguém, apenas propõe e lembra que existir é uma graça infinita, e que a morte, longe de ser temida, é a continuação natural da felicidade de viver.

A cerimônia

Durante três dias, cerca de 500 índios do Parque Nacional do Xingu – Kamaiurá, Waurá, Trumái, Kalapalo, Matipu, Nafuquá, Meinaco e Iualapeti – participaram do Quarup, a cerimônia mais importante dos grupos indígenas que ocupam a área, acontecimento sociorreligioso que revive a grandeza, em todo o seu esplendor, das populações da região. Tuvulê e Taconi foram os dois grandes capitães mortos homenageados no Quarup promovido pelos Kamaiurá, sendo que o primeiro procedia de grande linhagem.

Há períodos de vários anos sem que haja um Quarup, já que só pode ocorrer e se justifica, quando morre um grande capitão. Ao lado de Tuvulê e Taconi, o segundo de menor expressão, homenageou-se também uma mulher e outro guerreiro, de nomes não revelados, conforme exige o ritual da cerimônia.

¹ Jornal do Brasil – 11/08/1973.